

O Convento do Carmo do Rio de Janeiro: do período colonial aos tempos atuais

The Convent of the Carmelites in Rio de Janeiro: from the colonial
period to the present

DOI: 10.20396/rhac.v5i1.18656

ANA BEATRIZ MENDONÇA DIAS

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Francisco (USF)

 0009-0004-0124-4274

Resumo

Este artigo abrange a trajetória de mais de quatro séculos do Convento do Carmo no Rio de Janeiro, desde sua construção no período colonial até os desafios enfrentados nos dias atuais. O edifício emerge como um testemunho vivo das transformações políticas, sociais e culturais que marcaram a história da cidade. Ao longo do tempo enfrentou uma desvalorização sistemática, evidenciada pelo pensamento pejorativo acerca do colonial e que culminou numa reforma descaracterizadora da fachada em 1906. Posteriormente, na década de 1980, a inserção de uma torre agravou as ameaças à sua integridade e estrutura. Enquanto isso, os processos de tombamento, iniciados em 1964 e 2008, representam uma resposta consciente, ainda que tardia, à urgência de preservação. A retomada governamental em 2011 e as reformas de 2022 marcam esforços cruciais para revitalizar esse relevante patrimônio histórico e cultural, destacando a necessidade contínua de proteger e celebrar a rica herança da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Convento do Carmo. Rio de Janeiro. Colonial. Desvalorização. Patrimônio.

Abstract

This article covers the trajectory of over four centuries of the Convent of the Carmelites in Rio de Janeiro, from its construction in the colonial period to the challenges faced in present days. The building emerges as a living testimony to the political, social, and cultural transformations that have marked the city's history. Over time, it has faced systematic devaluation, evidenced by the pejorative perception of the colonial era, culminating in a façade-altering reform in 1906. Subsequently, in the 1980s, the addition of a tower exacerbated threats to its integrity and structure. Meanwhile, the processes of heritage listing, initiated in 1964 and 2008, represent a conscious, albeit belated, response to the urgency of preservation. Governmental intervention in 2011 and the renovations of 2022 mark crucial efforts to revitalize this significant historical and cultural heritage, underscoring the ongoing need to protect and celebrate the rich heritage of the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Convent of the Carmelites. Rio de Janeiro. Colonial. Devaluation. Heritage.

Introdução

Da era colonial ao período modernista, a arquitetura do Rio de Janeiro, desde sua fundação, absorveu uma rica série de influências, experimentando diversas técnicas e estilos construtivos ao longo dos séculos. Nesse cenário, destaca-se o Convento do Carmo, um marco importante da história da arquitetura carioca [Figura 1].

A obra em questão, emblemática e uma das mais antigas do país, foi erguida no início do século XVII e sua existência mantém viva a história de um Brasil em formação. Além de ter servido como residência para a rainha D. Maria I, sua posição estratégica diante da Praça XV de Novembro, antigo Largo do Carmo, fez com que o edifício testemunhasse diversos eventos históricos do período colonial.

Sendo assim, o presente artigo propõe uma análise acerca do contexto histórico no qual o edifício foi construído, de suas principais mudanças e inclusive de ameaças a sua existência, quando do risco de demolição. E, considerando que o patrimônio arquitetônico promove um senso identitário aos habitantes, seja pela sua relevância histórica, pela memória individual, ou pela herança coletiva, este estudo objetiva disseminar a história e a importância crucial da proteção desse bem remanescente do período colonial.

A Praça XV de Novembro como epicentro dos acontecimentos coloniais

Antes da investigação aprofundada do Convento do Carmo, é importante analisar o contexto histórico intrínseco ao seu entorno e à paisagem carioca do período colonial. A Praça XV de Novembro, atualmente nomeada em homenagem à Proclamação da República no Brasil, está localizada na Rua Primeiro de Março, no centro do Rio de Janeiro e já foi o principal ponto de desembarque de navios da cidade. Notória durante o período colonial, a Praça XV atuou como palco para eventos preponderantes na narrativa da história nacional, desempenhando papéis que abrangem desde a função de cais para embarcações de passageiros até sua transformação em residência para a Família Real.

O trecho e imagem a seguir [Figura 2], de Gilberto Ferrez, mostram a relevância do local não somente para o Rio de Janeiro, mas também para o Brasil.



Figura 1:

Rafa Pereira, **Convento do Carmo após revitalização**, 2022. Rio de Janeiro.

Disponível em: <https://acrj.org.br/index.php/2022/08/11/convento-do-carmos-passa-por-revitalizacao-e-agora-e-o-centro-cultural-da-pge/>



Figura 2:

Richard Bate, **Palace Square, Rio de Janeiro, landing place**, 1808. Rio de Janeiro.

Disponível em: <https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:574932>

Todas as cidades, grandes ou pequenas, têm sempre uma praça onde aconteceram fatos que, pela sua importância, trazem para aquela área um valor histórico bem maior do que o representado pela sua função urbana.

No Rio, a praça que hoje chamamos 15 de Novembro foi o grande palco onde se desenrolaram os atos mais importantes da História do Brasil¹.

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, uma significativa realocação populacional foi efetivada para dar lugar a essa comitiva ilustre. Estruturas notáveis, a exemplo do Paço Imperial, do Convento do Carmo e da Casa da Câmara, foram sujeitas a adaptações com o propósito de atender a essa demanda excepcional². A ascensão do Rio de Janeiro à condição de epicentro dos eventos monárquicos mais proeminentes revelou-se de forma incontestável nesse período histórico.

A partir da região da Praça XV de Novembro, delineou-se o desenvolvimento urbano da cidade. Os imponentes edifícios seculares nela situados foram testemunhas privilegiadas desse processo evolutivo, destacando-se entre eles o Convento do Carmo, objeto central desta pesquisa e um dos pioneiros exemplares de alvenaria de pedra na localidade. Além dele, também estão inseridos ali outros monumentos importantes como o Paço Imperial (citado anteriormente), o Chafariz do Mestre Valentim, o Palácio Tiradentes e a Igreja Nossa Senhora do Carmo, todos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN.

Por fim, é interessante imaginar o local como uma praça dos três poderes da época colonial. Nela estava representado o poder religioso através da Igreja Nossa Senhora do Carmo, o poder imperial através do Paço Imperial e o poder jurídico através da Assembleia Nacional Constituinte, atual Palácio Tiradentes.

O edifício Convento do Carmo

Construído no início do século XVII, conforme referido no processo de tombamento E-18/001.323/2008 do INEPAC³, o edifício de configuração em “L” é composto por três blocos distintos interligados, sendo o primeiro voltado à Praça XV e os dois secundários voltados à Rua Sete de Setembro [Figura 3].

¹ FERREZ, Gilberto. **A Praça XV de Novembro**: Antigo Largo do Carmo. Editora Riotur, Rio de Janeiro, 1978.

² ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. Sentina(s) de todos os vícios: As prisões do Rio de Janeiro no final do período colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio...** São Paulo: ANPUH, 2011.

³ INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Processo de tombamento E-18/001.323/2008 do Antigo Convento do Carmo**. Rio de Janeiro, 2008.



Figura 3:
Acervo do INEPAC. **Edifício em L.** Disponível em:
Processo de tombamento E-18/001.323/2008

De paredes robustas, o edifício é um dos primeiros exemplares de alvenaria mista de pedra e tijolo construído no país. Seu bloco principal possui três pavimentos marcados por frisos em pedra e os laterais secundários possuem apenas dois pavimentos. Nos pavimentos superiores da fachada principal, pode-se notar o ritmo ordenado das doze portas-balcão com pequenas sacadas em lajes de granito e um telhado de beirais curtos. Enquanto isso, no pavimento térreo, o mesmo ritmo é composto por portas retangulares de duas folhas e, no centro do bloco, o acesso principal ao edifício é marcado por uma porta em arco pleno.

Na fachada lateral, o edifício tem em seus dois pavimentos portas e janelas retangulares marcados por ritmos diferentes em cada um dos blocos. E, assim como na fachada principal, o acesso também é marcado pela porta de arco pleno.

Segundo processo de tombamento do INEPAC³, a construção iniciou-se em 1619 a partir da doação de materiais feita pelo Governador Rui Vaz Pinto, porém não se sabe quando a obra foi concluída.

Mudanças e novos usos do edifício no século XIX

Conforme citado anteriormente, durante o período em que a Família Real se estabeleceu no Rio de Janeiro, o edifício do Convento do Carmo, que até então hospedava os frades carmelitas, foi desocupado para abrigar sua ilustre hóspede, Dona Maria I. Nessa época, ocorreram as primeiras mudanças no edifício quando foi concebido um passadiço, estrutura de ligação entre o Convento e o Paço Imperial, viabilizando a visita do Príncipe Regente à sua mãe. Posteriormente, devido à forte religiosidade de Dona Maria, ergueu-se um segundo passadiço que conectava a Capela Imperial do Convento à Igreja do Carmo [Figuras 4 e 5]. Nas imagens, é possível observar os dois passadiços que permitiam a transição da família entre os edifícios sem ter que caminhar pelas ruas.



Figura 4:
Marc Ferrez, **Convento e Igreja do Carmo ligados por passadiço**, 1870. Rio de Janeiro. Instituto Moreira Salles.



Figura 5:
Marc Ferrez, **Rua Primeiro de Março: ao fundo o passadiço sobre a rua ligando o Convento do Carmo ao Paço Imperial**, 1880. Rio de Janeiro. Instituto Moreira Salles.



Figura 6:
Jean-Baptiste Debret, **Procissão do Batismo da Princesa Real: D^a Maria da Glória no Largo do Carmo**, 1839. Rio de Janeiro. Acervo da Biblioteca Nacional.

Em 1816 o Convento perde sua hóspede Dona Maria, que faleceu aos 81 anos de idade. Nos anos seguintes, o edifício passou a funcionar como Ucharia Imperial, uma espécie de depósito de mantimentos da Corte. A retratação da Praça XV de Novembro durante diversos eventos marcantes lá ocorridos permite verificar as suas intervenções arquitetônicas. No caso da gravura em questão [Figura 6], pode-se observar que em 1839 o edifício do Convento tinha três pavimentos e estética colonial, sem nenhuma mudança significativa até o momento.

Em meados de 1840, o Convento, que ainda funcionava como anexo ao Paço Imperial, foi cedido por Dom Pedro II ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Essa concessão do Paço Imperial para abrigar a nova sede do Instituto simboliza uma estreita relação entre o IHGB e Dom Pedro II, tal como seu interesse em apoiar e financiar as atividades intelectuais do país.

Nos anos seguintes, os passadiços construídos na época da Família Real foram amplamente utilizados pelo Imperador para ter acesso a diversas reuniões do Instituto, evidenciando a proximidade entre as instituições.

A partir daquela data, o imperador, cuja presença nos trabalhos do IHGB limitava-se até aquele momento às reuniões anuais comemorativas de sua fundação, passa a ter uma presença assídua e participante, contribuindo desta forma para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras. Sua intervenção se faz sentir na sugestão de temas para discussão e reflexão dos membros, no estabelecimento de prêmios para trabalhos de natureza científica e no apoio financeiro que assegura o processo de expansão da instituição.⁴

Até aquele momento, o edifício que já havia sido residência dos carmelitas, dependência palaciana e cenário de diversos acontecimentos importantes da corte, como o Batismo da Princesa Real, ganhou mais um novo uso.

Segundo o INEPAC, em 1890, enquanto o edifício era sede do IHGB, ele enfrentou sua segunda grande mudança arquitetônica: a demolição do complexo de passadiços. Na mesma época também houve o fechamento das lojas de costura e modas que existiam no térreo⁵ [Figura 7].

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, n. 1, 1988.

⁵ INEPAC, *op. cit.*, p. 40.

**Figura 7:**

FERREZ, Marc. **Convento do Carmo sem o passadiço que o conectava à Capela.** 1903.

Fonte: IMS Fotografia

As transformações do juízo estético sobre a arquitetura colonial brasileira

Concomitante ao falecimento de Dona Maria em 1816 ocorreu a chegada da Missão Artística Francesa, liderada por Joaquim Lebreton e composta por figuras proeminentes no cenário artístico como Grandjean de Montigny e Jean Baptiste Debret. Esta missão desempenhou um papel crucial no início e na disseminação do ensino das artes no Brasil, contribuindo para embelezar a nova capital, o Rio de Janeiro. Até então, no país, a estética Barroca era a predominante, especialmente em Minas Gerais, mas com alguns marcos no Rio de Janeiro.

Logo, a missão francesa, com o objetivo de disseminar o ensino oficial no Brasil, fundou a Academia Imperial de Belas Artes e propôs uma formação acadêmica arquitetônica e artística baseada em novas preferências estéticas, desencadeando ao longo do tempo mudanças no gosto das elites e na paisagem urbana. É possível observar essa influência no trecho abaixo, de Carlos Zilio:

A Academia formula rigorosamente diretrizes neoclássicas que vão nutrir, por um longo período, o cenário artístico brasileiro [...]. Sua função, no campo da cultura, é de ser transmissora de um corpo de conhecimentos e de um saber artístico, visando à consagração de uma estética – a neoclássica – como parte representativa, legítima e dominante do mundo cultivado⁶.

⁶ ZILIO, Carlos. Formação do Artista Plástico no Brasil: O caso da Escola de Belas Artes. **Arte & Ensaios**, revista do Mestrado em História da Arte, EBA-UFRJ, 1994.

O pensamento pejorativo associado à arquitetura colonial se manifestou inicialmente no século XIX com a formulação de diretrizes neoclássicas pela Academia Imperial de Belas Artes. A opinião de Manuel Duarte Moreira em seu livro de 1861⁷ ilustra uma transição na percepção do Convento do Carmo e da arquitetura colonial, que passaram a ser considerados como manifestações de aspecto desagradável e destituídas de beleza e arte [Figura 8 e 9], conforme os excertos a seguir:

Este edifício, que ainda hoje existe incorporado ao Paço Imperial, na sua architectura, o gosto portuguez. [...] No interior deste edificio não havia também nelle belleza nem arte.

Este convento apresenta interiormente o aspecto irregular e mesquinho, que manifesta no exterior: a portaria é pequena e mal preparada [...].

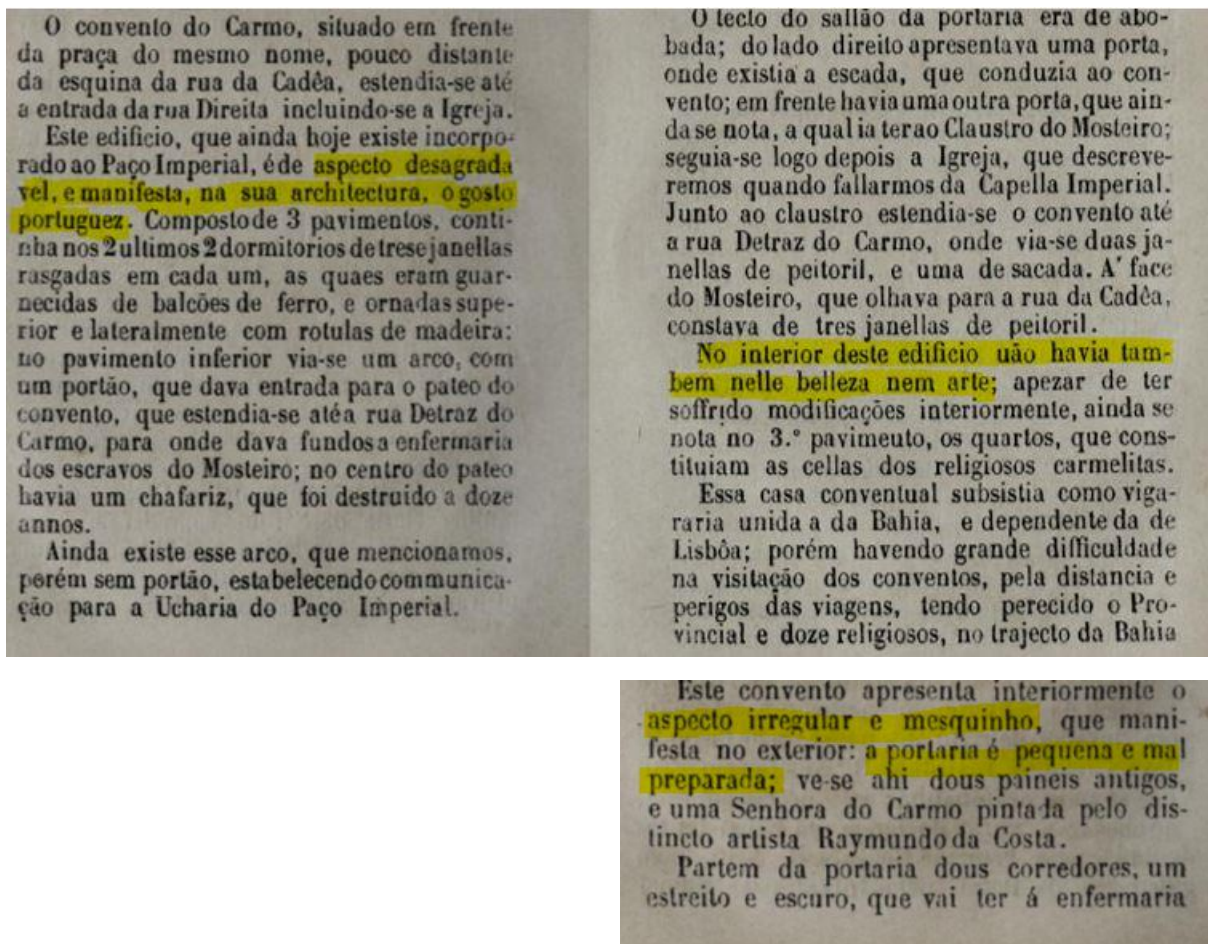


Figura 8 e 9:

Trechos do livro **Pequeno Panorama**, de Manuel Duarte Moreira de Azevedo, que discorrem sobre o “aspecto desagradável” do Convento do Carmo.

Rio de Janeiro : Typographia de F. de Paula Brito, 1861, páginas 94-95; 102.

Disponível em: <https://archive.org/details/pequenopanorama012azev/page/n97/mode/2up>

⁷ MOREIRA, Manuel Duarte Moreira. **Pequeno Panorama, ou descrição dos principais edificios da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1861, p. 94-95. Disponível em: <https://archive.org/details/pequenopanorama012azev/page/n97/mode/2up>.

A influência da Academia Imperial de Belas Artes foi importante para a elaboração do novo pensamento acerca da paisagem colonial existente no Rio de Janeiro, porém há outros eventos que contribuíram significativamente para isso. Um acontecimento importante nesse contexto foi a intervenção urbana empreendida na então capital do Brasil, durante o mandato do prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906.

Para Mayara Cosentino, a Reforma foi uma tentativa de europeização e aburguesamento da cultura por meio da arquitetura e o progresso estava atrelado a sair de um “passado colonial” para se adequar a um novo presente, certamente europeu.⁸ Sendo assim, ainda que imóveis históricos coloniais da cidade tenham sido preservados, como a Câmara Municipal:

Embora a quase totalidade da imprensa, dos políticos e dos especialistas em saúde e tecnologia do Rio de Janeiro condenasse a arquitetura colonial da capital, identificada como “signo do atraso da cidade”, Pereira Passos não abriu mão de manter o prédio histórico da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.⁹

Durante a Reforma, buscava-se apagar o passado colonial também para construir uma nova ideia de “povo” e “nacionalidade” e para consagrar o Rio de Janeiro como a vitrine do Brasil.¹⁰ Para isso, cidades europeias como Paris e Londres eram tidas como inspiração de modernidade e civilização. Assim, as reformas acarretaram grandes obras de remodelação do espaço urbano carioca através da ampliação de ruas, demolição de cortiços e casarões coloniais, construção de praças e estruturas de saneamento básico [Figura 10].



Figura 10:

Augusto Malta, **Avenida Central e Reforma Pereira Passos**, s/d. Rio de Janeiro, Coleção Augusto Malta.

⁸ SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, n. 11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/rj/urbe/a/RZQZ3vhLgqTmYWXQXZrSgJ/?lang=pt#ModalTutors>. Acesso em: 24 jun. 2024.

⁹ AZEVEDO, André Nunes. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Tempos Históricos*, v. 19, n. 2, p. 151–183, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12480/9400>. Acesso em: 24 jun. 2024.

¹⁰ GONÇALVES, Ana Paula C. A reforma Pereira Passos e a formação da Modernidade Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 5, 2009, Campinas. *Anais do VI ENEDS*: Campinas, 2009. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/28/44>. Acesso em: 24 jun. 2024.

O excerto abaixo, extraído do texto de Ana Maria Tavares Cavalcanti, destaca o desprezo pelo colonial enquanto cita o advento da modernidade no Rio de Janeiro baseada em preceitos parisienses:

Hoje, quando falamos das linhas quebradas formadas pelo casario, de telhados à chinesa, ou do aspecto colonial do conjunto, nada disso nos desagrada. Pelo contrário, nos traz à lembrança as cidades históricas mineiras, o Pelourinho em Salvador, dentre muitos outros patrimônios preservados que admiramos. No entanto, há cem anos, o casario colonial era menosprezado, associado a um passado do qual se tinha vergonha e cujos vestígios deveriam ser apagados. A modernidade chegava, vestida à moda parisiense, com os novos tempos republicanos.¹¹

Posteriormente, concomitante às reformas de Pereira Passos, ainda no século XX - este marcado por eventos significativos no contexto histórico, político e artístico como a Eclosão da Primeira Grande Guerra, o surgimento das vanguardas artísticas no Brasil, as Conferências da Sociedade de Cultura Artística em 1914 e a Semana de Arte Moderna de 1922 – duas figuras importantes, passíveis de discussão, contribuem para o debate sobre a arquitetura colonial: Ricardo Severo e Mário de Andrade.

A primeira figura é Ricardo Severo. Historiador, engenheiro civil e arquiteto português exilado no Brasil após a Revolta do Porto de 1891 onde envolveu-se ativamente no movimento republicano¹². Ele ascendeu socialmente ao se casar com uma integrante da Família Dumont, Francisca Santos Dumont, e estabeleceu relações com figuras proeminentes da época, como o engenheiro arquiteto Ramos de Azevedo, além de personalidades como Washington Luís, Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Wasth Rodrigues. Durante as Conferências da Sociedade de Cultura Artística em 1914, Severo proferiu uma palestra sobre a arte tradicional brasileira, exaltando elementos construtivos da arquitetura nacional, como telhados, beirais, janelas e portas.

Estavam lançadas assim as bases para o movimento que logo ficaria conhecido como Neocolonial, e que se mostraria capaz de promover significativa mobilização simbólica, extravasando os estreitos círculos acadêmicos e alcançando grande popularidade em meios bastante diversificados¹³.

As preocupações de Ricardo Severo com a identidade brasileira na arquitetura eram evidentes, pois ele tinha uma busca constante por preservar a antiga arquitetura colonial e nacionalista de traços

¹¹ CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. **O conceito de modernidade e o meio artístico carioca nos anos de 1900 a 1909**. Cadernos de Pós-Graduação da UNICAMP, 2006.

¹² MELLO, J. Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 43, p. 69-98., 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi43p69-98>

¹³ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Ricardo Severo e o Neocolonial: tradição e modernidade no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. **Intellèctus**, v. 10 n. 1, jan. dez 2011.

simples. É importante destacar que ele não foi o único que visava retomar essa suposta “tradição perdida”, pois unido a ele estava o médico José Marianno Filho, que foi um grande patrocinador de pesquisas sobre arquitetura brasileira e promotor de concursos de projetos neocoloniais.

Concomitante a Ricardo Severo e José Marianno Filho, no contexto de discussões acerca do colonial e neocolonial, emerge a segunda figura, Mário de Andrade. Renomado poeta, romancista e crítico literário brasileiro, Andrade é conhecido por sua influência no modernismo brasileiro e sua defesa das manifestações culturais nacionais. Em 1921, na revista *Ilustração Brasileira* de fevereiro de 1921 (antes da Semana de Arte Moderna de 1922), Andrade profere seu apreço ao neocolonial:

Mas o que há de mais glorioso para nós é o novo estilo neocolonial, que um grupo de arquitetos nacionais e portugueses, com o Sr. Ricardo Severo à frente, procura lançar. Há já exemplares interessantíssimos e a residência do Sr. Numa de Oliveira é uma obra-prima. Não me consta que já tenha havido no Brasil uma tentativa de nacionalizar a arquitetura, estilizando e aproveitando os motivos que nos apresenta o nosso pequeno passado artístico, e formando construções mais adaptadas ao meio. O neocolonial que por aqui se discute é infinitamente mais audaz e de maior alcance. Se o público, bastante educado, ajudar a interessante iniciativa, teremos ao menos para a edificação particular (e é o que importa) um estilo nosso, bem mais grato ao nosso olhar, hereditariamente saudoso de linhas anciãs e próprio ao nosso clima e ao nosso passado. São Paulo será a fonte dum estilo brasileiro [...]. Quero crer que São Paulo será o berço duma fórmula de arte brasileira porque é bom acreditar em alguma cousa.¹⁴

No entanto, apenas alguns anos depois, em 1924, o escritor paulista adota outra posição perante o neocolonial, culminando, assim, em um desprezo por aquela produção arquitetônica. Assim, como bem apontam Joana Mello de Carvalho e Ana Claudia Veiga, “Mário já não se mostra totalmente convencido de que aquela fosse a saída para o impasse em que se encontrava”¹⁵.

Pode-se abstrair que essa mudança brusca de pensamento tenha origem na viagem que Andrade realizou a Minas Gerais no ano de 1924 e deparou-se com as construções coloniais e barrocas.

Eu queria ainda dizer que os arquitetos neo-coloniais são quase tão idiotas como as Goticidades Arquitetônicas... Pois é: não vê que estão a encher as avenidas de São Paulo de casinhas complicadas, verdadeiros monstros de estações balneárias, de exposições internacionais. Porque não aproveitam as velhas mansões setecentistas, tão nobres! Tão harmoniosas! E sobretudo tão modernas pela simplicidade do traço?

¹⁴ ANDRADE, Mário de. *Ilustração Brasileira*, n. 6, fev. 1921. In: LOPEZ, Telê Ancona (Org.). **De São Paulo**: cinco crônicas Mário de Andrade, 1920-1921. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004, p. 39.

¹⁵ SILVA, J. M. de C.; CASTRO, A. C. V. de. Inventar o passado, construir o futuro: São Paulo entre nacionalismos e cosmopolitismos nas primeiras décadas do século 20. **PosFAUUSP**, v. 21, n. 36, p. 24-53, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v21i36p24-53>.

Em vez, não; sujam a Avenida Paulista com leicções mais parecidos com pombais feitos por celibatário que gosa aposentadoria.¹⁶

Diante dessa breve análise das figuras de Severo e Andrade, é possível compreender como o pensamento acerca do colonial e do neocolonial poderia divergir, ora pejorativamente, ora positivamente. No entanto, devido ao preconceito com os edifícios coloniais ser maior que a sua apreciação, não apenas o Convento, mas outras obras da época viriam a sofrer impactos decorrentes disso. Logo, a ambição de Severo em resgatar a arquitetura colonial e reviver a tradição nacional no Brasil seria superada pela arquitetura moderna, defendida por Mário de Andrade como a responsável pela constituição de uma identidade nacional.¹⁷

A “reforma cosmética” no Convento

Como consequência do pensamento pejorativo e da negligência acerca do colonial abordados previamente, o Convento do Carmo enfrentou a sua maior mudança: a reforma da fachada em 1906 [Figura 11].



Figura 11:

Acervo do INEPAC. **A fachada eclética que perdurou de 1907 à década de 1960.** Disponível em: Processo de tombamento E-18/001.323/2008. Fonte: Acervo do Prof. Francisco Ramalho, da Faculdade de Direito Cândido Mendes.

¹⁶ BATISTA, Marta Rossetti, LOPEZ, Telê Porto Alcina, LIMA, Yone Soares de. **BRASIL: 1º tempo modernista – 1917/1929.** Documentação. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p. 109-115.

¹⁷ SILVA, CASTRO, *op. cit.*

A análise do historiador Carlos Kessel revela que essa reforma exemplifica de maneira acertada a desvalorização da herança colonial brasileira. Para o IHGB, era desconfortável e vergonhoso que a sede do Instituto estivesse localizada em uma edificação colonial. Logo, uma intervenção de caráter puramente estético, rotulada como uma "reforma cosmética", foi empreendida. Isso resultou na transformação visual do edifício colonial em uma fachada ecletizada e esse episódio evidencia claramente o desinteresse em relação ao patrimônio colonial¹⁸ [Figura 12].



Figura 12:

Imagem apresentada na Conferência “Arquitetura e identidade nacional: o Estilo Neocolonial brasileiro”, realizada por Carlos Kessel no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra em 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-f6yCDn-hJQ>

A finalidade dessa intervenção era substituir o que era considerado um “horrendo casarão” — no caso o antigo Convento do Carmo, um edifício setecentista que desde 1849 abrigava o instituto — “por um edifício de agradável efeito arquitetônico”, de inspiração clássica¹⁹.

O colonial, a taipa e a Monarquia eram identificados com o atraso e a dependência; e o ecletismo, o tijolo e a República, com o progresso, a civilização e a independência²⁰.

¹⁸ KESSEL, Carlos. *Arquitetura e identidade nacional: o Estilo Neocolonial brasileiro*. Conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra em 2017.

¹⁹ KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: Entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008, p.68.

²⁰ SILVA, CASTRO, *op. cit.*

Durante o período de obras, o Instituto funcionou no Real Gabinete Português de Leitura. Na circunstância, o dirigente do Instituto na época era o primeiro secretário do IHGB, o jornalista e advogado Max Fleiuss.

Contudo, devido a escassez de materiais disponíveis acerca dessa reforma, torna-se difícil a compreensão do que foi realizado efetivamente no edifício, especialmente se houveram alterações em sua planta. No processo de tombamento do INEPAC, há registros de que o projeto ficou a cargo do engenheiro civil Herman Fleiuss e a obra teve como responsável Ângelo Bruhns. Além disso, em 1911 teria sido instalado no edifício o primeiro elevador do Rio de Janeiro, durante a gestão de Barão do Rio Branco como presidente do IHGB²¹.

De qualquer forma, ao analisar as imagens da reforma, pode-se dizer que a “ecletização” do Convento se deu pela instalação de frisos na parte superior da fachada, alterações nas sacadas e inclusive nas esquadrias. Essa reforma não simboliza apenas uma “mudança de estilo”, mas demonstra a grande desvalorização da arquitetura colonial.

A saída do IHGB e o Convento como sede da Faculdade Cândido Mendes

Em 1910, durante a República recentemente estabelecida, o Convento do Carmo passou a sediar a Sociedade Brasileira de Instrução, liderada pelos advogados Cândido e Fernando Mendes de Almeida, proprietários do *Jornal do Brasil*. E, em 1913, após três anos com as duas instituições ocupando o mesmo edifício, o IHGB retirou-se para a própria sede na Praça da República.

Alguns anos depois, em 1919, devido à falta de lucratividade do *Jornal do Brasil*, a Sociedade manteve apenas a Faculdade Cândido Mendes nas instalações do Convento. Com isso, após mais de 300 anos desde a sua construção, o edifício havia sediado diversas instituições, refletindo a evolução social e política do país. Sendo assim, essa constante mudança de ocupação pode ter contribuído para a degradação da integridade e estrutura do convento.

Todas essas reformas realizadas ao longo dos anos são indicativas da falta de valorização do patrimônio e demonstram uma abordagem estética superficial que constantemente desconsiderava a importância histórica e arquitetônica do Convento. E, mais uma vez, em 1960, o Convento sofreu uma nova reforma com intuito de reverter as alterações ecléticas realizadas em 1906. Essa tentativa revela a falta de uma política de preservação do patrimônio colonial.

²¹ INEPAC, *op. cit.*, p. 44.

Concomitante a isso, o Convento esteve a ponto de ser demolido para dar lugar a um edifício do Banco do Brasil, pois a quadra onde estava locado havia sido adquirida pelo banco em 1950. Felizmente, graças ao projeto de lei do deputado Getúlio Moura, solicitando o tombamento do edifício, o mesmo foi oficializado pelo IPHAN, em 1964, e sua destruição foi evitada²².

O tombamento do Convento e a novo impacto visual no entorno

O reconhecimento oficial do edifício mais antigo do Rio de Janeiro, através do seu tombamento pelo IPHAN, reflete a conscientização, ainda que tardia, sobre a importância de proteger e conservar os monumentos históricos do país.

→ Bem / Inscrição

Nome atribuído
Outras denom.
Nº Processo
Livro Histórico

Casa à Praça Quinze de Novembro, nº 101 (antigo Convento do Carmo),
atual sede da Academia de Comércio
Convento do Carmo
Praça Quinze de Novembro, 101; Academia de Comércio
0689-T-62
Nº inscr.: 375 ;Vol. 1 ;F. 060 ;Data: 31/07/1964

Figura 13:

IPHAN, Tombamento federal do edifício, 1964. Rio de Janeiro. Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional, IPHAN. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/guia%20de%20bens%20tombados%20atualizado%20em%202012.pdf>

Na década seguinte, em 1974, durante o regime ditatorial, o convento enfrentou mais um grande impacto em sua história quando a Faculdade Cândido Mendes recebeu autorização do governador Chagas Freitas para construir um edifício de 40 pavimentos adjacente ao pátio do convento. Inaugurado em 1982, o edifício de 140 metros de altura, permanece como o terceiro mais alto da cidade do Rio de Janeiro. Mesmo com o descontentamento popular e com diversos protestos contra a torre e o impacto no entorno, o projeto foi aprovado pelo IPHAN.

Os urbanistas são pródigos ao classificar ao Edifício Cândido Mendes: aberração, violência, atentado ao patrimônio, crime arquitetônico. Não sou urbanista ou arquiteto, mas o prédio, todo preto, além de horroroso, contrasta com toda a área da Praça XV, jogando sua sombra sobre o convento (de 1638), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé (de 1730, bela e restaurada), o Palácio Tiradentes (de 1926) e a Igreja de São José (concluída em 1842) e o Paço Imperial (1743)²³.

²² INEPAC, *op. cit.*, p. 53.

²³ VALPORTO, Oscar. Jornalista carioca. #RioéRua: o convento, a história e a pandemia. 2020.

**Figura 14:**

Olhos de Ver RJ, **Inauguração do Centro Cândido Mendes**, 1982. Rio de Janeiro. Olhos de Ver RJ. Disponível em: <https://olhosdeverrj.com.br/?p=1041>

**Figura 15:**

Olhos de Ver RJ, **Imagem promocional do imponente edifício**, 1982. Rio de Janeiro. Olhos de Ver RJ. Disponível em: <https://olhosdeverrj.com.br/?p=1041>

Somente após a construção da torre, de impacto visual incontestável, o Convento do Carmo foi oficialmente tombado em nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), sob o processo E-18/001.323/2008. Vale ressaltar que as informações disponíveis no site do instituto se referem ao tombamento provisório, não sobre o tombamento definitivo [Figura 16].

**Figura 16:**

INEPAC, **Tombamento estadual do edifício**, 2008. Rio de Janeiro. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, INEPAC. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/466

A valorização do edifício e sua inauguração como espaço cultural

Em 2011, após uma disputa judicial, o governo do Rio de Janeiro reassumiu o Convento do Carmo da Universidade Cândido Mendes devido às elevadas dívidas enfrentadas pela instituição. O edifício retornou ao domínio público, inicialmente planejando abrigar a Secretaria Estadual de Cultura e o INEPAC. Entretanto, por razões não esclarecidas, o governo concedeu o prédio à Procuradoria Geral do Estado, que promoveu uma longa restauração, incluindo a recuperação de esquadrias, pisos, forros, pinturas e demais elementos da arquitetura colonial, bem como a implementação de melhorias nas instalações prediais e soluções para acessibilidade.

As escavações feitas no prédio para a instalação de novos sistemas de água e esgoto desenterraram dezenas de achados arqueológicos utilizados no dia a dia pela família real portuguesa: louças francesas e inglesas, garrafas de vinho, talheres de prata, moedas, pentes, cachimbos e fragmentos de cerâmica. Esses utensílios da família real serão reunidos e organizados para uma exposição no próprio convento.²⁴

A reinauguração do Convento do Carmo ocorreu em 2022, promovida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ), após um investimento de R\$30 milhões na recuperação do imóvel. No ano seguinte, o SESC-RJ inaugurou um bistrô e um espaço para eventos culturais nas instalações do prédio.



Figura 17 e 18:

PGE-RJ, **Fachada e interior do edifício após o restauro**, 2022. Rio de Janeiro. Procuradoria Geral do Estado, PGE-RJ. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/centro-cultural/>

²⁴ Procuradoria celebra o fim das obras de restauro do Convento do Carmo e inaugura o Centro Cultural PGE-RJ. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/imprensa/noticias/2022/03/procuradoria-celebra-o-fim-das-obras-de-restauro-do-convento-do-carmo-e-inaugura-o-centro-cultural-pge-rj>

Considerações finais

A história do Convento do Carmo, marcada por séculos de ocupação e uma série de reformas, reflete tristemente a negligência contínua com o patrimônio histórico brasileiro. Mesmo após seu tombamento pelo IPHAN em 1964, o convento não escapou do descaso e da degradação. A autorização para a construção de um edifício gigantesco no pátio do convento em 1974 pela Faculdade Cândido Mendes é um exemplo marcante desse descaso.

Ao longo desse percurso, a desvalorização sistemática do Convento, evidenciada por intervenções inadequadas, revela a indiferença em relação ao patrimônio histórico colonial. A reforma da fachada em 1906 resultou em descaracterização, sendo necessária uma tentativa posterior de reparo, evidenciando as complexidades e consequências de intervenções inadequadas em estruturas históricas.

A inserção de uma torre nas proximidades do Convento na década de 1980 foi um episódio controverso, exacerbando ameaças à integridade do edifício. Isso, somado a disputas e mudanças de propriedade, ilustra os desafios enfrentados por estruturas antigas em um contexto urbano em constante evolução.

O processo de tombamento, iniciado pelo IPHAN em 1964 e posteriormente pelo INEPAC em 2008, revela uma resposta consciente, embora tardia, à urgência de preservação do Convento. A concessão de autorização para a construção de um edifício de 140 metros nas proximidades sugere possíveis lacunas nas medidas de proteção.

A retomada do Convento pelo governo em 2011, motivada por questões financeiras, revela desafios práticos e burocráticos na preservação desses monumentos. A decisão de ceder o edifício à Procuradoria Geral do Estado e as reformas em 2022 são de grande importância na restauração e revitalização.

No Brasil, observam-se constantemente exemplos de desrespeito ao patrimônio, onde construções modernas são priorizadas em detrimento da preservação do passado. As consequências disso são evidentes no caso do Convento do Carmo, mas também se repetem em outras cidades do país.

Em última análise, o Convento do Carmo permanece como peça única do quebra-cabeça histórico do Rio de Janeiro, ressaltando a importância contínua de proteger patrimônio como investimento no enriquecimento da identidade cultural e histórica da cidade e do país.